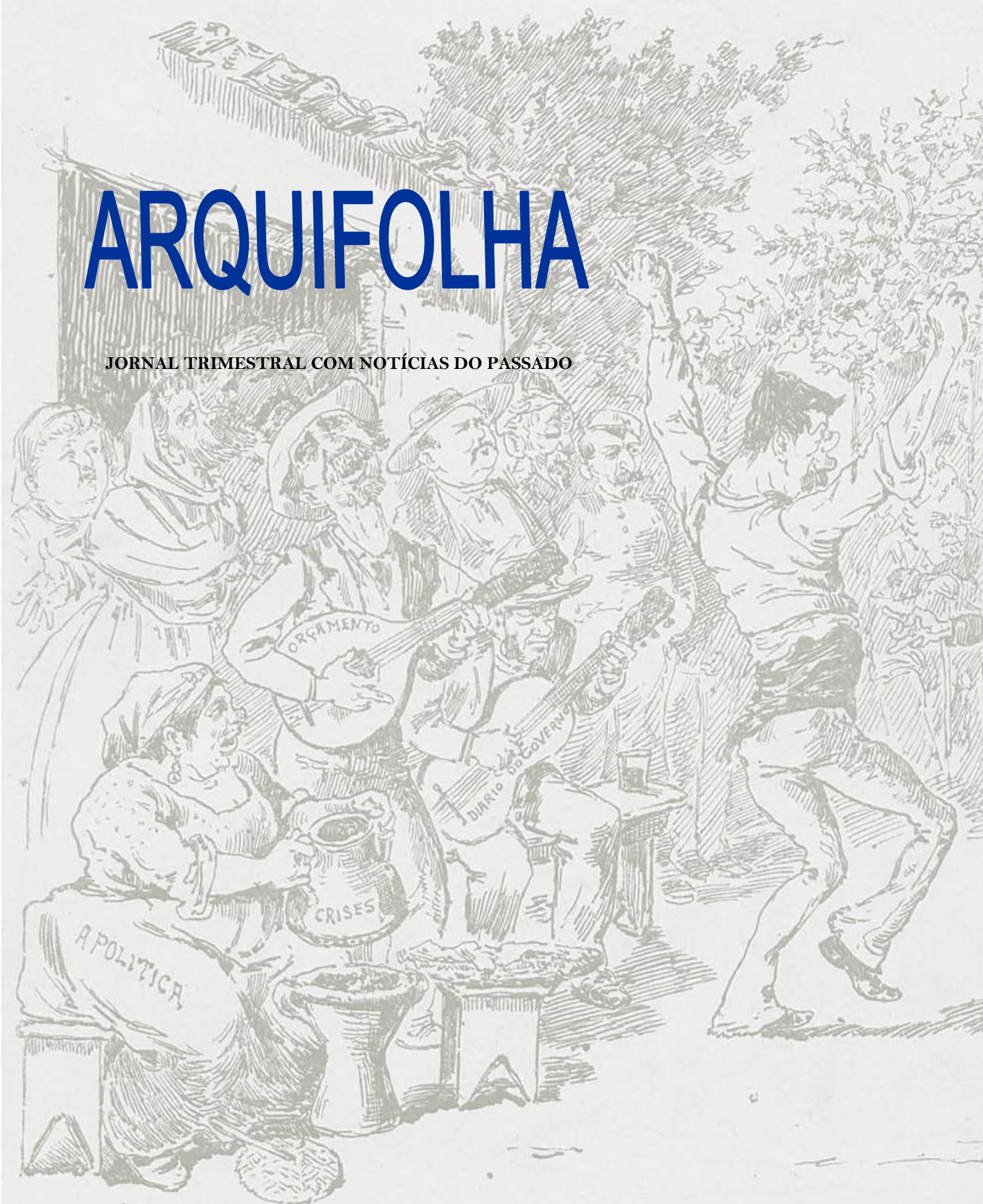


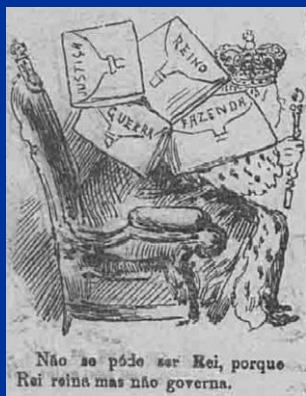
ARQUIFOLHA

JORNAL TRIMESTRAL COM NOTÍCIAS DO PASSADO



NA SEMPRE CANTANHAS A ESTALAR...

EDITORIAL



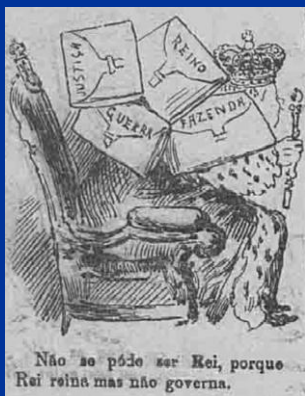
O presente ARQUIFOLHA dedica-se ao período de governação de Sidónio Pais, o *presidente-rei* como lhe chamou Fernando Pessoa. Foi um período marcado pelo desastre da Batalha de La Lys que comprovou a impreparação das tropas portuguesas na 1.^a Guerra Mundial, pela instituição do sufrágio universal (*Decreto n.º 3907 de 11/03, Lei eleitoral de 30/03*)¹, e por um conjunto de medidas repressivas cujo objetivo era afastar os inimigos políticos do regime, especialmente os democráticos. De entre essas medidas destacam-se a dissolução dos centros políticos e a suspensão de jornais (*Portaria n.º 1199 de 9 de janeiro de 1918*); a dissolução dos corpos administrativos das juntas gerais, câmaras municipais e juntas de freguesia, e sua substituição por comissões nomeadas pelos governadores civis (*Decreto n.º 3738 de 10 de janeiro de 1918*). Veremos, mais adiante neste jornal, como esta última medida se refletiu na instabilidade dos órgãos administrativos do concelho de Santiago do Cacém.



Os surtos epidémicos de febre tifoide e gripe pneumónica ocorridos em 1918 agravaram as precárias condições de vida das populações, cujo drama se agudizara em meados de 1917 com a escassez de alimentos em grande parte provocada pelas dificuldades de abastecimento em período de guerra. Em Santiago do Cacém, geriam-se os problemas de abastecimento de bens de primeira necessidade através da Comissão Municipal de Abastecimento criada na sequência do Decreto n.º 3:216 de 28 de junho de 1917, e cuja ação foi reforçada pela entrada em funcionamento do Celeiro Municipal em agosto de 1918.



¹ O Sufrágio Universal instituído pela Ditadura Sidonista mais não era do que o alargamento do direito de voto aos cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores de 21 anos, residentes no território nacional há mais de 6 meses. Ficavam de fora as mulheres, os falidos, os alienados, os interditos por sentença, os acusados do crime de vadiagem e os praças de pré do Exército e da Armada (autorizando os oficiais e sargentos a exercerem esse direito).



O difícil quadro de vida da população do concelho tornou-se insustentável com o surto de gripe espanhola ocorrido a partir de outubro de 1918, especialmente em Alvalade onde foram dizimadas famílias inteiras. O cenário de pobreza do país, mais intensa nos grandes centros urbanos, levou Sidónio Pais a instituir as Sopas Económicas na capital. A Sopa dos Pobres era gerida por uma comissão central composta por sete membros (Obra de Assistência 5 de Dezembro), financiada pelo Estado em 100.000\$ pagos em prestações não inferiores a 15.000\$ mensais. Institucionalizava-se assim a caridade ao invés de se efetuarem reformas para melhorar as condições de vida dos mais pobres. Neste ponto, conseguimos, sem esforço, encontrar um paralelismo com a atualidade, sobre o qual convidamos o leitor a refletir. Pois, parafraseando Eça de Queiroz “A História é uma velhota que se repete sem cessar”².



O Regime não sobreviveria ao seu fundador. Sidónio Pais morreu a 21 de dezembro de 1918, vítima de atentado ocorrido a 14 daquele mês e ano. Portugal continuou rumo ao Estado Novo.



² Queiroz, Eça de – Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres. Lisboa: Livros do Brasil, 2.ª Edição, S/data; p. 7.

INSTABILIDADE ADMINISTRATIVA

Em Santiago do Cacém, o período de governação sidonista refletiu-se, desde logo, na instabilidade dos órgãos governativos do concelho.

Em meados de janeiro de 1918, José Pinto Serra, administrador do concelho nomeado a 30 de dezembro de 1917, foi exonerado e substituído por Marçal Pedro Muralha. Em junho, Marçal Muralha pediu a demissão do cargo, na sequência de vários conflitos com o pessoal da administração e com outros organismos locais. Foi substituído por Carlos Breda Melo, que, por sua vez, foi substituído por José Maria Rosa, de todos o mais alinhado com o novo regime político vigente.

Por seu lado, a Câmara Municipal, eleita em 1917 e que tomou posse a 1 de janeiro do ano seguinte³, foi deposta e substituída por uma comissão administrativa de nomeação governamental. Não obstante, o ainda administrador do concelho,

José Serra, nomeou uma comissão administrativa pluripartidária que integrava a maioria dos membros da câmara anterior. Porém, pressionada pelas forças sidonistas, a referida comissão demitiu-se em bloco, em março de 1918.⁴

Num apelo às forças mais conservadoras, foi nomeada uma nova comissão administrativa municipal presidida por Luís Maria da Cruz e Silva, que entretanto deixou de poder assegurar o cargo. Por via disso, em agosto, a comissão foi renovada e passou a ser presidida por José Maria Reis Gancho.⁵

José Maria Reis Gancho e José Maria Rosa mantiveram-se à frente dos destinos do concelho até ao final do sidonismo, abandonando os cargos em março de 1919, já depois do grande susto da Monarquia do Norte.

⁴ Os membros do Partido Unionista pediram a demissão em bloco, ao qual se acabaram por solidarizar os membros do Partido Democrático e o único independente, que compunham o executivo municipal.

⁵ Na sua primeira reunião de Câmara, a 13 de agosto, Reis Gancho proferiu um longo discurso, analisando publicamente a contabilidade municipal, e concluía que a instituição municipal estava financeiramente *de rastos*, devido aos erros da *Política Partidária*.

³ Um executivo municipal heterogéneo, composto por elementos dos mais importantes partidos republicanos concelhios.



CRIAÇÃO DO CELEIRO MUNICIPAL

Com o eclodir da Grande Guerra em 1914, e com a consequente interrupção do comércio internacional, começou a instalar-se uma crise de abastecimento de bens de consumo, acentuada a cada ano de guerra. A fome levou os habitantes das cidades ao desespero. Sucederam-se motins e assaltos violentos a lojas de bens alimentares, a par do açambarcamento e da venda de produtos no mercado negro. Na tentativa de melhorar a operacionalidade institucional, foi criado o Ministério das Subsistências e Transportes (*Decreto n.º 3902 de 9/03/1918*). A nível local criaram-se comissões de subsistências em cada freguesia, lideradas e apoiadas por uma Comissão Municipal de Subsistências.

Os produtores de cereais e os moageiros estavam sujeitos a uma vigilância apertada por parte das autoridades locais. No entanto, os crimes por infração às leis que proibiam o trânsito de

cereais ou farinhas sem uma guia passada pelas autoridades locais e transmitida por telegrama a Lisboa eram frequentes.

Em finais de março, a Comissão Administrativa Municipal de Santiago do Cacém foi informada por um telegrama do Ministério supramencionado “*Que as Camaras Municipaes teem de ir pensando na ma-/- neira pratica de organizar os seus celeiros, que serão decretados/ em poucos dias.*” Os municípios que não criassem celeiros estavam impedidos de adquirir ou requisitar cereais, ou mesmo de vir a ser beneficiados com eventuais distribuições de produtos exóticos ou de exportação.

O Celeiro Municipal entrou em funcionamento no dia 1 de agosto e perdurou muito além do fim da Grande Guerra. Funcionava como um grande armazém onde se depositava todo o cereal para consumo no concelho, e outros produtos, como o azeite e o açúcar.



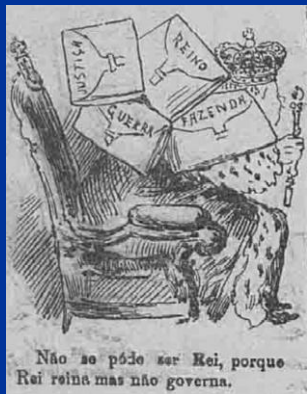
O GRANDE ATAQUE DA “GRIPE ESPANHOLA”

Na primavera de 1918, a epidemia que ficou conhecida como gripe espanhola ou pneumónica, e que surgiu entre os soldados no norte de França, alastrou rapidamente pela população civil europeia e não tardou a atingir Portugal.

Em setembro, quando a epidemia já ceifara muitas vidas e progredia galopante pelo país, Santiago do Cacém ainda não tinha registado nenhum caso. Porém, sabia-se que era uma questão de tempo. As autoridades municipais, em vésperas de adquirirem a posse plena da igreja de N. Sr.^a do Monte, consideravam-na o local ideal para instalar os infetados.

No dia 7 de outubro, verificaram-se os dois primeiros

casos de gripe pneumónica no concelho, tendo um deles falecido após dar entrada no Hospital Conde de Bracial. A Freguesia de Alvalade foi fortemente afetada, como se depreende do telegrama recebido pelo administrador do concelho: *“Está a morrer muita gente com a gripe/ pneumonica há famílias gravemente do-/ entes pedimos providencias medicas e phar-/ maceuticas – Regedor Brito.”* Na tentativa de atenuar as necessidades, foi enviado o quintanista em medicina, Aníbal Viola, acompanhado do farmacêutico José Pedro Durães. Nas restantes freguesias do concelho, a mortalidade não foi tão elevada.



Não se pôde ser Rei, porque Rei reina mas não governa.



Burocrata: —estão na espinha por causa das reduções.



Operario: —por falta de trabalho.



Commerciante: — por falta de quem compra.

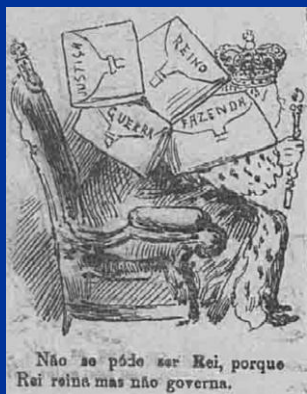
CONFLITOS ENTRE O HOSPITAL E A ADMINISTRAÇÃO DO CONCELHO

Para fazer face à gripe pneumónica, o delegado de saúde apresentou à CM um conjunto de medidas preventivas, de entre as quais se destacava o isolamento dos *epidemiados* em edifício próprio. Para o efeito, o delegado de saúde sugeria a utilização da escola Conde Ferreira, situada nas proximidades do Hospital.

A administração do concelho, por seu lado, tinha instruções precisas para reservar o hospital local para os infetados com o vírus da gripe, devendo os doentes internados serem deslocados para outro espaço. Estas instruções foram comunicadas à edilidade, que, por sua vez, cedeu a escola Conde Ferreira.

Na sequência desta medida, os corpos gerentes do Hospital Conde Bracial (Misericórdia) pediram a demissão, por a considerarem abusiva. José Maria Rosa sentiu-se pessoalmente atingido, pois os seus conflitos com a direção do Hospital, que julgava um feudo unionista, vinham desde a sua tomada de posse.

A direção do Hospital manteve-se em funções até dia 1 de dezembro, sendo substituída por uma comissão nomeada pelo governador civil. No entanto, antes de cessarem funções e numa clara afronta ao administrador do concelho, transferiram os doentes comuns, entretanto internados na escola, para as instalações do hospital.



Hospital Conde Bracial. Excerto de fotografia de Policarpo Godinho, 1957. PT/AMSC/FF/PG/C-D/001



FIM DA GRANDE GUERRA

A 12 de novembro, apenas um dia depois da assinatura do armistício, chegava a Santiago do Cacém a notícia oficial do fim da Grande Guerra. Imediatamente as autoridades locais prepararam os festejos, com bandeiras hasteadas,

a filarmónica a percorrer as ruas e foguetório. Os sidonistas aproveitaram igualmente para exaltar o seu líder e promoveram uma manifestação *espontânea* junto da casa do presidente da Câmara, Reis Gancho.



AQUISIÇÃO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO MONTE

Em setembro de 1912, a Câmara Municipal de Santiago do Cacém fora autorizada pelo Governo a adquirir a igreja de N. Sr.^a do Monte com o intuito de a adaptar a quartel da GNR. Porém, por razões várias, a compra não foi efetivada.

decidiu avançar com a aquisição, embora para afetação a outro uso.

Em julho, ainda a Câmara não tinha dado andamento ao processo de aquisição, já os Bombeiros faziam o pedido de cedência do imóvel, a fim de nele instalarem o seu quartel e uma escola em regime de internato “ (...) *para rapazes pobres e abandonados.*”



Em fevereiro de 1918, a Comissão de Administração dos Bens das Igrejas de Santiago do Cacém, pressionada superiormente, questionou “ (...) *o/ motivo porque a Camara Municipal deste concelho/ ainda não satisfêz a importancia de 150\$00 por que se/ lhe cediam as ruinas da antiga igreja de N. Sr.^a do monte/ e terreno anexo (...)*”. E, em sessão de 5 de fevereiro, a Câmara

Finalmente, em 24 de setembro, a Câmara deliberou lavrar a escritura, que viria a ser assinada a 15 de outubro. Os planos eram agora adaptar a sacristia ou as casas anexas a moradia da “ (...) *ama do hospicio (...)*”.





O SIDONISMO E AS COMEMORAÇÕES DO FINAL DA PRIMEIRA GRANDE GUERRA

Por Helena Simões

A 15 de novembro de 1918, o administrador José Maria Rosa emite um ofício sobre um telegrama, que informaria a administração do concelho do término da primeira Grande Guerra, acontecimento que assolava o mundo desde 1914. Apesar do ligeiro atraso da chegada do documento, a boa-nova veio contribuir para a alegria de todos. A capitulação dos impérios centrais, segundo o telegrama, mereceu que se hasteasse a bandeira nacional nos edifícios públicos do concelho e que se ouvisse a filarmónica dos bombeiros voluntários.

As ruas da vila de Santiago do Cacém foram tomadas por uma onda de felicidade onde se ouviam os “vivas” aos povos aliados⁶. O próprio presidente da câmara fez questão de expressar o seu contentamento. “*Durante toda a tarde e toda a noite se / fizera ouvir as manifestações, não havendo/ a*

menos nota discordante, notando-se sem-/pre o maior entusiasmo.”⁷

A alegria e entusiasmo eram evidentes, pois este período, em Portugal, é marcado por uma grande instabilidade política e social. Sidónio País, cabeça do governo até 1918, tentou solucionar os problemas através de um discurso autoritário e corporativo, porém “*as suas ideias e convicções continuariam sobretudo ligadas à experiência portuguesa entre o Ultimatum e a Grande Guerra e o fracasso da República patriótica, generosa, igualitária e ele tinha querido e esperado.*”⁸

Apesar dos esforços e contrariamente ao alívio sentido em Santiago do Cacém, Lisboa estremece, após ter conhecido muitas greves e manifestações nos anos anteriores, que se foram agravando com a participação de Portugal nesta guerra que findava, dando espaço para o assassinato do líder político e para o fim da I República.



⁶ Ofício n.º132, datado de 15/11/1918, Administrador José Maria Rosa, “Livro Copiador de correspondência Expedida da Administração do Concelho para o Governo Civil”.

⁷ IDEM

⁸ PINTO, Jaime Nogueira- *Nobre Povo- Os anos da República*, Esfera dos Livros, 2010,pág. 282



BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

Fundação Mário Soares. Disponível em <http://www.fmsoares.pt/aeb7>

Museu da Presidência da República. Disponível em

<http://www.museu.presidencia.pt>

SILVA, Armando Malheiro da - Sidónio e o Sidonismo: História de um caso político, vol.2, 2006. Disponível em <http://books.google.pt>



FONTES DOCUMENTAIS MANUSCRITAS

Atas de reunião de Câmara [Manuscrito]. 1914-1981. Acessível no Arquivo Municipal de Santiago do Cacém. PT/AMSC/AL/CMSC/B-C/002.

Copiador geral de correspondência expedida [Manuscrito]. 1915-1919. Acessível no Arquivo Municipal de Santiago do Cacém. PT/AMSC/AL/CMSC/G-A/001.

Copiador de ofícios expedidos para diferentes autoridades [Manuscrito]. 1915-1920. Acessível no Arquivo Municipal de Santiago do Cacém. PT/AMSC/ACD/ACSC/B-A/002.

Copiador de ofícios expedidos para as diferentes repartições do Governo Civil [Manuscrito]. 1912-1928. Acessível no Arquivo Municipal de Santiago do Cacém. PT/AMSC/ACD/ACSC/B-A/003.





MONOGRAFIAS

AUTORES VÁRIOS – **História de Portugal: 6.º volume – A Segunda Fundação (1890-1926)**. Dir. José Mattoso. [S. l.]: Editorial Estampa, 1994.

AUTORES VÁRIOS – **História de Portugal: 11.º volume – A República II, O nó górdio e as espadas**. Dir. João Medina. Amadora: Clube Internacional do Livro, 1996.



LEGISLAÇÃO

Decreto n.º 3216 de 28/06/1917.

Portaria n.º 1199 de 09/01/1918.

Decreto n.º 3738 de 10/01/1918.

Decreto n.º 3902 de 09/03/1918.

Decreto n.º 3907 de 11/03/1918.

Decreto n.º 3997 de 30/03/1918.





FICHA TÉCNICA

Coordenação, textos, pesquisa histórica, grafismo, digitalização e tratamento de imagem – Luísa Gomes, Gentil Cesário, Vânia Nobre e Maria Chainho. Revisão – Anouschka Caels. *O Sidonismo e as comemorações do final da primeira Grande Guerra* – Helena Simões.

